

Excluídos digitais A problemática da exclusão digital é uma das consequências (talvez a mais desafiante) da explosão na evolução tecnológica dos nossos tempos. A expressão é usada como referência a um conjunto lato de cidadãos que ficaram à margem da utilização das tecnologias de informação e das redes digitais. Contudo engana-se quem acha que os excluídos digitais são apenas aqueles que não têm equipamentos ou não têm acesso à rede. Na realidade este fenómeno é muito complexo e envolve outras variáveis e condicionantes que são menos evidentes. Uma forma de se ser excluído esconde-se nos indivíduos que têm equipamentos, estão conectados à rede e não sabem como combinar e usar os softwares e a Web no seu quotidiano. Contempla-se aqui indivíduos que usam o tablete para ir ao facebook mas não conseguem submeter a declaração de rendimentos electronicamente, jovens que jogam on-line com os seus amigos, que descarregam videojogos, os mais recentes filmes que ainda há poucos dias saíram das salas de cinema e as suas músicas preferidas mas que não conseguem utilizar devidamente o Office e que têm dificuldades em carregar um ficheiro numa plataforma do seu estabelecimento de ensino. Consultam as novidades musicais e cinematográficas e vêem televisão no portátil mas deixam o e-book a ganhar pó na estante e raramente consultam fóruns abertos pelos professores na plataforma. Na mais recente revisão curricular do ensino básico, o Ministério da Educação reduziu o número de horas destinadas às Tecnologias da Informação e da Comunicação. Um dos clichés mais frequentemente usados é que os jovens deste tempo dominam perfeitamente a tecnologia. Será mesmo assim?

A ilusão criada naqueles que usam apenas o mundo digital numa perspectiva mais lúdica e intuitiva é perigosa num tempo em que a administração central começa a privilegiar uma relação digital com os cidadãos. Não será uma forma de exclusão um indivíduo levantar-se às seis e meia da manhã para enfrentar uma fila à porta da Segurança Social enquanto outros fazem a prova escolar dos filhos sentados no sofá com o portátil no colo? A utilização da rede pelas instituições para facilitar a relação e contacto com os seus utentes e associados faz todo o sentido nos nossos dias. Reduz claramente o incómodo dos cidadãos e acelera os processos, minimiza custos e poupa horas de trabalho aos serviços mas quando usada pelo próprio Estado deveria ser de igual acesso para todos. Será mesmo? Para além daqueles que não usam os serviços porque não têm internet devemos considerar também todos os outros que não tiram proveito desta ferramenta porque não sabem fazê-lo ou não têm confiança/segurança nesta forma de tratar de assuntos que envolvem informação pessoal e aspectos muito importantes das suas vidas.

Como sociedade devemos considerar esta problemática e pensar formas de assegurar igualdade digital. Esclarecimento e conhecimento. Segurança, protecção de dados e privacidade, confiança. É urgente atingir estas metas.

Não serão as escolas e centros de formação públicos e outras instituições da administração central (e local) o espaço privilegiado para se aprender e desenvolver competências digitais que vão para além do uso lúdico da net e dos computadores?